

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 106

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 031ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE AGOSTO DE 2001**
(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Cesar Seleme.

Às dez horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cliton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Geraldo Cartário, Nelson Tureck, Nereu Moura e Plauto Miró Guimarães (18).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

esclarecendo que a mesma está sendo realizada embasada no Artigo 84, § 1º do Regimento Interno, salientando que a mesma não dará direito a jeton.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

O deputado Irineu Colombo, antes de V. Exa., abriu a Sessão. Verificou número não regimental de 18 senhores deputados para abertura dos trabalhos e de acordo com o nosso Regimento Interno, encerrou a Sessão, convocando outra para segunda-feira.

Pergunto a V. Exa. qual é, realmente, a condição pela qual aí está estabelecida, abrindo uma nova Sessão? É Extraordinária a Sessão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não será Extraordinária; não terá jeton.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Não é pelo jeton, senhor presidente, é pela norma.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É Extraordinária, sem jeton.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Convocada por Vossa Excelência?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convocada pela Presidência.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Então a primeira Sessão valeu?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Valeu a primeira e nós teremos uma Sessão Extraordinária, sem pagamento de jeton.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

Faz a leitura da Ata.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, com todo respeito, paira dúvida a respeito da Sessão que se desenvolve. Gostaria que a Presidência informasse a este Plenário em que Sessão foi convocada, qual a matéria que está em pauta, porque nas bancadas não existe nenhuma Ordem do Dia para a Sessão Extraordinária que Vossa Excelência preside.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De acordo com o artigo 84 a Sessão Extraordinária pode ser convocada: “Parágrafo 1º - Pelo presidente da Assembléia, de Ofício”. Convoquei de Ofício.

A pauta é a mesma que estava na Sessão anterior não terá votação de requerimentos.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, a Ata que acaba de ser lida pelo deputado Seleme não é uma Ata de Sessão Ordinária? Não deveria ter sido lida por ele a Ata da última Sessão Extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas nada impede de ter sido lida, também, a Ata da Sessão Ordinária de ontem, nobre deputado.

Gostaria que V. Exa. me citasse o artigo do Regimento que impede de ler a Ata da Sessão anterior, mesmo que seja Ordinária. Eu convoquei esta Sessão. Assumi a Presidência e convoquei, de acordo com o artigo 84, parágrafo 1º. E será discutido, exclusivamente, a Ordem do Dia que foi distribuída e que seria da Sessão anterior.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Mais uma questão, senhor presidente: logicamente que requerimentos não poderão ser votados na Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O próprio Regimento fala isto, nobre deputado. Nós vamos afirmar...

O SR. WALDYR PUGLIESI

Muitas vezes as coisas são mudadas conforme...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O parágrafo único do artigo 86 preceitua: “O tempo destinado à Sessão Extraordinária será utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação...”

A matéria objeto de convocação é esta pauta.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Estou levantando esta questão, senhor presidente, porque sempre se lê a Ata da Sessão Extraordinária anterior. E isto não aconteceu no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou atendê-lo, nada impede de se ter lido a Ata da Sessão Ordinária.

Solicito ao 2º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária, realizada anteriormente.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)
(**Lê a Ata nº 030/2001**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão a Ata. Em votação.
Aprovada.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência defere e também solicita a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

18 senhores deputados responderam à chamada nominal.

Está em votação a Ata.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Na nossa contagem tem 13 parlamentares em Plenário.

Com todo respeito ao 1º secretário, meu amigo Nelson Garcia, acho que houve um engano na contagem dos deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está anunciada a contagem pelo 1º secretário e nós decidimos pelo seu anúncio.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós temos o maior respeito por V. Exa. e gostaríamos que determinasse fazer uma nova verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Baseado em que regimento?

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Baseado no próprio Regimento Interno, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas qual o artigo? Por gentileza, nobre deputado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

V. Exa. pode verificar qual o artigo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. V. Exa. é que tem obrigação de citar o artigo!

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Eu acho que nós temos aqui em plenário 9 ou 10 deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na realidade é o seguinte, deputado, nós estamos convocando esta Sessão Extraordinária para votar exclusivamente a pauta do dia.

Nós tínhamos número na Casa para votar! Não vamos votar nenhum requerimento em Sessão Extraordinária não se vota requerimento. V. Exa. tem conhecimento disso, porque é parlamentar há muitos anos; e todos os parlamentares conhecem o Regimento da Casa.

Não havia motivo nenhum, para não termos Sessão hoje.

Está aprovada a Ata.
(**Lê mensagem**)

Mensagem:

MENSAGEM Nº 028/2001

Curitiba, 07 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que os recursos do Fundo Estadual de desenvolvimento urbano das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense, quando integralizarem o capital da Agência de Fomento do Paraná S.A., serão aplicados através das municipalidades e não integrarão a base de cálculo para efeitos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, alterado pela Lei nº 12.401, de 30 de dezembro de 1998. Visa, ainda, elevar de 5 (cinco) para 6 (seis) o número de membros da diretoria de que trata o artigo 5º da Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, com a redação dada pela Lei nº 12.419, de 13 de janeiro de 1999.

A medida ora proposta, consulta aos superiores interesses da Administração, não só pelo fato de destacar dentre os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvi-

mento Urbano, os que tenham por objetivo o desenvolvimento urbano dos municípios paranaenses, mas, também, para ensejar condições no sentido de assegurar a plena exequibilidade da Lei nº 13.227/2001, recentemente aprovada por esse egrégio Poder Legislativo. A elevação de cinco para seis membros da diretoria da Agência de Fomento do Paraná S.A. é, também, necessária para otimização de seu atendimento aos anseios dos municípios do Paraná, no plano desenvolvimentista urbano.

Certo de que a medida ora proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, destinados ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento urbano das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense, quando integralizarem o capital da Agência de Fomento do Paraná S.A., serão aplicados através das municipalidades e não integrarão a base de cálculo para efeitos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, alterado pela Lei nº 12.401, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Fica elevado de 5 (cinco) para 6 (seis) o número de membros da diretoria de que trata o artigo 5º da Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, com redação dada pela Lei nº 12.419, de 13 de janeiro de 1999.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Não há número para votação só para discussão. Vamos colocar em discussão a matéria da Ordem do Dia.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Mas, vou pedir verificação de votação do item 01, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas não vai se votar nada, nobre deputado, só vai se discutir a matéria!

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Mas, posso a qualquer momento, segundo o Regimento Interno, pedir verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas não está sendo votado, nobre deputado! Você vai pedir verificação de votação se não está sendo votada matéria nenhuma!

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Mas está se dando seqüência normal à Sessão, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos dando seqüência normal, porque temos...

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Mas tenho o Regimento Interno, que me permite pedir verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tem votação, nobre deputado!
Está em discussão a

ORDEM DO DIA:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 590/99, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Cafelândia. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 590/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Cafelândia.

§ 1º - O órgão de que trata o *caput* deste artigo, substituirá o atual Posto do Detran, instalado no citado município.

§ 2º - A Ciretran do município de Cafelândia terá como área de abrangência, além da sede do órgão, as unidades municipais que o Detran/PR julgar conveniente jurisdicionar a essa circunscrição regional para melhor prestação de atendimento ao usuário.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 065/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que cria o Pólo Cinematográfico, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas da Região Oeste e do Estado do Paraná e dá outras providências. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 065/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Pólo Cinematográfico, com sede no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas da região e do Estado do Paraná.

Parágrafo único - Para os devidos fins previstos no *caput* deste artigo, poderá o Poder Executivo proceder às necessárias alterações orçamentárias e de programas do governo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 222/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã-PR, com sede e foro no município de Ivaiporã. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 089/2001, de 27/06/2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 195/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2001, que objetiva retribuir os créditos tributários relativos ao IPVA, lançados até 31/12/2000, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos). **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 064/2001, de 21/05/2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 222/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar do município de Foz do Jordão, com sede e foro na mesma municipalidade e dá outras providências. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04/06/2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 257/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação e Apoio Shalon House, com sede e foro em Pinhais-PR. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 087/2001, de 20/06/2001).**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que cria o Pro-

grama Suplementar de Informatização de Escolas e Creches. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Encerrada a discussão.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que autoriza a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de seus patrimônio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Encerrada a discussão.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe que os créditos tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do Detran, poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Encerrada a discussão.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro, com sede e foro no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 053/2001, de 08/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 169/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro, com sede e foro no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o Rocio Futebol Clube; do município de Palmeira, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 090/2001, de 25/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 263/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Rocio Futebol Clube do município de Palmeira, com sede e foro no mesmo município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer, favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores do Tigre, com sede no município de Guamiranga, e foro na comarca do município de Imbituva. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 284/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores do Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro na Comarca do município de Imbituva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer, favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Artesãos de Primeiro de Maio do município de Primeiro de Maio, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, no Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 101/2001, de 01/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 297/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Artesãos de Primeiro de Maio, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer, favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, antes que o senhor coloque em discussão o item 15 da pauta, vou pedir, pela ordem, apenas para fazer um comunicado à Casa.

A direção nacional do nosso Partido, fez uma nota nacional em homenagem à morte do escritor Jorge Amado. E a Assembléia Legislativa do Paraná, não podia também, passar em branco nesta semana, de lembrar a morte desse valoroso brasileiro.

Então, senhor presidente, tendo em vista, que não temos o Expediente para fazer os pronunciamentos, se V. Exa. me permitir, leio rapidamente esta nota.

Nenhum outro escritor brasileiro, trouxe os pobres para o centro do romance, como Jorge Amado. É sem dúvida, um dos maiores romancistas de toda literatura brasileira. Seu maior mérito, talvez, talvez tenha sido o de escrever para se fazer entender pelos mais humildes.

Jorge Amado foi para o romance brasileiro, aquilo que Pablo Neruda foi para poesia, no Chile, ambos foram profundamente apaixonados pelo seu povo e ambos contaram com a tragédia e a esperança.

O Brasil perde um grande escritor e um grande homem.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Pela Ordem)

Só queria, senhor presidente, anunciar a presença do presidente da Câmara Municipal de Maringá, Valter Gueles, do Diretor da Câmara de Maringá, Nereu Vidal César, e meu primo Ivanir, da cidade de Caráíba.

Muito obrigado pelas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As boas-vindas aos ilustres visitantes!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas também com a sua permissão, gostaria de registrar a presença do presi-

dente da Câmara Municipal de Ampére, vereador Hélio Alves, nosso companheiro e nosso amigo, e também o presidente da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, que está aqui participando desta Sessão.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, nobre deputado.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Ventania e foro no município de Tibagi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 101, de 01/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 298/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Ventania e foro no município de Tibagi.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer, favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos e Aposentados de Ibaiti - AIAI. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 076/2001, de 13/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 191/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Idosos de Ibaiti - AIAI, com sede e foro no município de Ibaiti - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer, favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convidando os senhores deputados para a Sessão Solene de Posse da nova diretoria da União dos Vereadores do Paraná, Uvepar, ocasião em que será entregue o título de Sócio Benemérito ao senhor presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, a realizar-se hoje, às 14h00.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 590/99, 065, 222/2000, 195, 222 e 257/2001.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 014, 403/2000 e 123/2001.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169, 263, 284, 297, 298/2001 e 191/2000.

Levanta-se a Sessão.